

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [19ª Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 1.2- 7ª Reunião Especial Destinada a Receber o Secretário de Recursos Humanos e Administração, Sr. Cláudio Mourão
 - 1.3- Reuniões Conjuntas da Mesa da Assembléia
 - 1.4- [Reunião de Comissão](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Comissões](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 19 DE MAIO DE 1995

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Comunicações: Comunicações da Comissão de Política Energética e do Deputado Paulo Pettersen - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Gilmar Machado e Ermano Batista - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Leitura de comunicações apresentadas - Interrupção e reabertura da reunião - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Clêuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Leonídio Bouças - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Ronaldo Vasconcellos - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

COMUNICAÇÕES

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Política Energética e do Deputado Paulo Pettersen.

Oradores Inscritos

- Os **Deputados Gilmar Machado e Ermano Batista** proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Política Energética - aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 315/95, do Deputado Paulo Schettino, e 327/95, do Deputado Carlos Murta; e rejeição do Projeto de Lei nº 115/95, do Deputado Wanderley Ávila, no 1º turno. (Ciente. Publique-se.); e pelo Deputado Paulo Pettersen - falecimento do Sr. João Nolasco, em Carangola (Ciente. Oficie-se.).

Interrupção da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência interrompe, neste momento, os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 23 do Regimento Interno, receber os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e representantes do povo mineiro no Congresso Nacional, que comparecem a esta Casa para receber as propostas de alteração na Constituição Federal.

- A ata da parte interrompida será publicada em outra edição.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte e não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 22, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 16 DE MAIO DE 1995, DESTINADA A RECEBER O SECRETÁRIO DE ESTADO DE RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO, SR. CLÁUDIO MOURÃO

Presidência dos Deputados Wanderley Ávila e Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: ABERTURA - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Deputado Gilmar Machado e do Sr. Cláudio Mourão - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - **ENCERRAMENTO**.

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmolo Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A **Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Dr. Cláudio Mourão, Secretário de Recursos Humanos e Administração, e Deputado Gilmar Machado, autor do requerimento que deu origem à reunião.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a reunião a receber o Exmo. Sr. Dr. Cláudio Mourão, Secretário de Recursos Humanos e Administração, que comparece a esta Casa para

prestar esclarecimentos sobre a realização do censo que cadastrou os servidores do Estado, especialmente quanto aos recursos despendidos e às empresas que participaram, com a PRODEMGE, do cadastramento; e sobre a política salarial do funcionalismo. Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado, autor do requerimento que suscitou esta visita.

Palavras do Deputado Gilmar Machado

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, distinta galeria, em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a atenção do Sr. Secretário em vir a esta Casa para participar de debates com este Poder para que possamos tirar algumas dúvidas que temos hoje, referentes ao quadro de funcionários públicos do Estado. Gostaria de ressaltar que participamos, na 12ª Legislatura, quando chegamos aqui, em 1990, de uma comissão especial, coordenada pelos Deputados Dílzon Melo e Roberto Amaral, a qual verificou uma variação nos dados relativos à situação dos servidores do Estado. Chegamos à época a um dado que não conhecíamos: 18 mil servidores estavam na folha de pagamento. Posteriormente, tentamos fazer com que esse dado fosse trabalhado. O Estado, então, acenou com um censo. Até o presente momento, não conhecemos o dado real. O Secretário da época, Sr. Bonifácio de Andrada, disse que tínhamos 20 mil funcionários, e não 18 mil, e que não sabia onde encontrá-los. Agora, o atual Secretário afirma que não sabe quantos constam na nossa folha de pagamento. O número era 18 mil, depois passou para 20 mil, e agora caiu novamente. São essas dúvidas que queremos tirar.

Gostaríamos de outras informações. Primeiro, queremos saber do Secretário quanto custou o censo para o povo de Minas Gerais, quais foram as empresas e por que houve terceirização na fase principal, que é a de processamento de dados. Em segundo lugar, queremos saber quais são os resultados reais. O Estado, entre 1990 e 1993, divulgou, primeiro, um documento da Secretaria de Recursos Humanos e Administração. Depois, a Secretaria apresentou um outro documento, em dezembro de 1993 (módulo 1), já modificando, em parte, o primeiro. Posteriormente, o Estado divulgou outro documento da Secretaria que é mais um relatório técnico, de março de 1994. Em dezembro deste ano, veio um relatório final. Quero registrar que todos esses documentos são públicos. Queremos saber qual desses documentos é o documento oficial do censo de Minas Gerais. Essa é a pergunta que fazemos. Cada relatório nos dá um dado diferente. Quem entende um pouquinho de estatística vê que os relatórios apresentam erros gravíssimos de tabulação e de resultados. Queremos saber quanto o censo custou aos cofres do Estado e por que os relatórios foram tão mal redigidos. Queremos o total dos servidores que tem realmente o Estado.

O Secretário deu uma entrevista - temos todas as entrevistas que ele deu - dizendo que 60 mil pessoas não responderam ao censo. Numa outra, mencionou um número de pensionistas; em outra, ainda, mencionou outro número. Isso nos deixou preocupados. Não conseguimos, até o presente momento, saber qual é o número exato de servidores em Minas Gerais. O relatório final diz que 60.494 não foram analisados. Por quê? Por que esses 60.494 servidores não foram analisados? O Secretário disse, ao assumir, que temos 288.376 servidores e, depois, disse que temos 416.000. Então, qual é o número real?

Outra coisa que me chamou a atenção: sou funcionário público e só tenho um MASP. Funcionários do Estado só têm um MASP; por que é que nesse relatório de 1993 temos uma lista onde aparecem quase 5 mil servidores com mais de um MASP? Inclusive, quem assinou o relatório final foi o Dr. Anastasia, que possui o MASP nº 3.677-66, da Fundação João Pinheiro, e o de nº 3.872/9, da SEPLAN. Então, achamos estranho. A Coordenadora Técnica do relatório final também possui o MASP nº 3.798/2, da Fundação João Pinheiro, e o de nº 348.346. Na resposta a esta nossa solicitação inicial, gostaríamos de ver sanadas essas dúvidas. Vamos esperar a explanação do Secretário e, resolvidas essas questões, aprofundaremos o debate.

A segunda parte do nosso requerimento diz respeito à questão do reajuste de vencimento dos servidores. Por quê? Nós queremos saber quantos servidores existem realmente em Minas Gerais e quanto eles estão ganhando, para sabermos se o reajuste que está sendo dado confere com a folha. Estamos estranhando também algumas informações, porque o Secretário anunciou que estamos gastando 68% da receita com a folha, em entrevista ao jornal "Diário da Tarde", de 11/4/95. Depois do anúncio do reajuste, o Governador Eduardo Azeredo disse que, com ele, os gastos com a folha de pagamento ao funcionalismo chegavam a 75% da receita. Agora, na entrevista do Secretário no final de semana, o gasto com ela já chega a 76%. Então, queremos saber mais a respeito desses números. Isso tem nos deixado meio perplexos. Não sabemos quais são os números reais. Assim, fica difícil qualquer avaliação por parte da Assembléia Legislativa. Temos que saber ao certo, para que Minas Gerais possa ter uma noção clara da situação, o porquê desses MASPs, o porquê desse desencontro de números e de informações, para que possamos ter condições de trabalhar tranquilamente. Eram essas nossas considerações iniciais. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Secretário.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Com a palavra, o Exmo Sr. Secretário de Administração, Dr. Cláudio Mourão.

Palavras do Sr. Cláudio Mourão

Srs. Deputados Sebastião Navarro Vieira, Gilmar Machado, demais Srs. Deputados, senhoras e senhores; de início, quero agradecer a oportunidade de estar conversando com o Poder Legislativo e, como disse o Deputado Gilmar Machado, podendo esclarecer esses pontos divergentes.

Antes de responder às colocações do Deputado Gilmar Machado, eu me permitiria falar algumas palavras e dar alguns esclarecimentos sobre o papel da Secretaria de Administração, o que ela é, o que faz, o que pretendemos à frente dela. Tenho dito que, segundo minha avaliação, o maior problema que o serviço público brasileiro tem, hoje, não é a educação, não é a saúde, não é a segurança, nada disso; é a administração. A Secretaria de Administração está lidando com tantos problemas que precisará de muito tempo para resolvê-los. Eu poderia dizer que, pelo que compete à Secretaria de Administração, seria justificável a existência de duas secretarias, que, ainda assim, seriam das maiores do Estado. Hoje, ao assumir a folha de pagamento, a Secretaria é gestora de 80% da receita do Estado. Temos lá duas áreas bem definidas: uma, de administração; outra, de recursos humanos.

A competência da área de administração é, de início, cuidar do patrimônio imobiliário do Estado. Com relação a esse aspecto, tudo está por se fazer. Temos 8 mil imóveis cadastrados, mas creio que todos sabem que o número real de imóveis do Estado é muito maior do que este; além disso, ele tem condição de receber imóveis a cada dia, e, hoje, os meios de que dispomos na Secretaria não são os mais adequados para o controle dessa situação. Temos a área de material, responsável pela compra de todo o material permanente do Estado. Além disso, hoje, ainda está centralizada na Secretaria de Administração toda e qualquer autorização para licitação, seja da administração direta, seja da indireta. Temos a Superintendência de Modernização, que cuida da parte de racionalização, de informatização, enfim, da modernização do Estado. O primeiro lugar que precisa ser modernizado é a própria Secretaria de Administração. Temos a área de transporte e serviços gerais, que cuida da frota de veículos do Estado e dos contratos, mas, se procurarmos saber quanto ele gasta com aluguel e cópias xerox, ninguém terá essa informação.

Há dez anos, tive oportunidade de passar pela Secretaria como Chefe de Gabinete e Secretário Adjunto do Deputado Ziza Valadares e pela Prefeitura como Secretário de Administração, e não conseguimos resolver o problema do patrimônio, nem o do Estado, nem o da Prefeitura. As ações que implementamos, na época, não foram as mais eficientes, de forma que não conseguimos alcançar nosso objetivo. Agora, já fui para a Secretaria com o plano de fazer uma concorrência, uma licitação e entregar o levantamento do patrimônio estadual para um terceiro, para uma empresa. Essa licitação já está em andamento e será publicada brevemente. Nosso objetivo é levantar tanto o patrimônio urbano como o rural, e a única alternativa que vejo, para realizar isso, é agir da maneira como estou dizendo.

Na área de materiais, a Secretaria, embora tenha um papel de gestora da administração de materiais, não exerce esse papel. Está apenas comprando material permanente. Queremos assumir o papel de administrar os estoques, de administrar o material do Estado. Como são os almoxarifados do Estado? Isso é outra coisa que ninguém sabe. Nessa área, temos um trabalho gigantesco a fazer. Na área de modernização, nem se fala! Não encontrei, na Secretaria de Administração, nem um micro 486. Então, temos todo um trabalho de modernização a fazer na administração direta e, também, nas autarquias e nas fundações, enquanto perdurar esse regime jurídico único (felizmente, parece que isso vai mudar). Na área de transportes e serviços gerais, o objetivo também é ter efetivo controle sobre a frota de veículos e os contratos do Estado.

Paralelamente a essas atividades, há um projeto maior do Estado, que é o de descentralização, sobre o qual quero falar daqui a pouco, porque envolve a área de recursos humanos e a de administração e, também, está muito ligado a essas quatro áreas que mencionei.

Na área de recursos humanos, temos o Instituto Estadual de Desenvolvimento de Recursos Humanos, que cuidaria do recrutamento, da seleção e do desenvolvimento do pessoal. Trata-se de um instituto autônomo, ligado à Secretaria, e, hoje, está cumprindo, basicamente, o papel de elaborar concursos. Segundo minha avaliação, ele precisa exercer seu papel mais importante, que é o de promover o desenvolvimento.

Temos a área de Superintendência Central de Saúde do Servidor, que, como o nome indica, deveria cuidar da saúde do servidor, fazer com que ele não adquirisse doenças profissionais durante sua estada na administração pública. Na verdade, é uma área, hoje, que concede licenças e, também, precisa ser totalmente reformulada. O que tenho a fazer nessa área de saúde? Temos, hoje, 1 milhão de processos vinculados a essa Superintendência, e, só para separar, já estou fazendo um trabalho há dois meses. Precisa ser informatizado e descentralizado, para que o servidor não precise deslocar-se do interior para vir à Capital obter uma licença de saúde.

Temos a Superintendência Central de Cargos e Salários, que, obviamente, deveria ter todas as informações referentes a cargos e salários. Por exemplo: quantas professoras

Pl temos? qual a média de salário dessas professoras? quantos detetives existem em tal nível? qual o total de efetivos da Polícia Militar? e da Polícia Civil? Essa área não existe, porque faltava à Secretaria de Administração a superintendência fundamental para essa questão de recursos humanos, que é a Superintendência de Pagamentos. Uma parte desses dados é encontrada na Superintendência de Pagamentos, e outra, em uma segunda superintendência; não há integração.

Temos a Superintendência de Pagamentos, que passou para nós, da Secretaria de Administração e parte da Secretaria da Fazenda. Pode parecer que há, aí, excelência, mas não é nada disso. Ela precisa, também, ser informatizada: a confecção da folha de pagamento, por exemplo, por incrível que possa parecer, é manual. Qualquer movimentação funcional de qualquer servidor gera um boletim, que é conhecido como informativo de alteração. Esses boletins são gerados no interior, em todos os cantos de Minas Gerais, e remetidos para Belo Horizonte. Há cerca de 700 mil boletins todos os meses, confeccionados manualmente. Essa área precisa ser informatizada também. É uma área que controla um percentual importante da receita do Estado e que precisa ter controle mais efetivo. Temos a Superintendência Central de Pessoal, que cuida dos direitos e vantagens dos servidores. Encontrei essa Superintendência com 35 mil processos de aposentadoria. Consegui liberar 7 mil. Até outubro, vou liberar todos, mas o problema é estrutural, não é só tirar os processos de aposentadoria. Por que existem 35 mil processos? Primeiro, porque tudo é centralizado aqui. Segundo, porque a legislação é antiquada e torna as aposentadorias casuísticas. Cada caso é um caso, e ninguém quer tomar uma decisão, porque é complicado. Terceiro, porque falta pessoal, e ninguém quer trabalhar ali, porque tem serviço. Quarto, falta informatização. Quinto, o trabalho precisa ser racionalizado. Há toda uma série de trabalho que precisam ser feitos. Por que não faço um estatuto novo? Porque estou dependendo das mudanças federais. Por que não informatizo? Porque tem que haver licitação. Esses trabalhos da Secretaria não têm nenhuma medida bombástica, nenhuma medida de efeito. É um trabalho em longo prazo, que vai ser feito nesses quatro anos; vamos trabalhar muito e ainda vamos deixar muito por fazer. Temos a Superintendência de Correção, que age nos processos administrativos e nas demissões. Temos 200 processos de demissão parados, que estão com a palavra "demita", e as demissões já foram feitas. Apesar de toda essa estrutura, ainda falta área na Secretaria de Administração. E a primeira área que precisa ser modernizada é a própria Secretaria. Falta uma área de relações trabalhistas. É uma área que não havia no Estado. Ela tem que acompanhar o que está acontecendo com os salários em todo o País, no Rio de Janeiro e em São Paulo, nas Prefeituras; precisa saber como estão os índices de correção dos salários, os índices de custo de vida, como está a situação salarial no Estado, quais são as entidades que representam os servidores, a quem estão ligadas, quem são seus dirigentes.

Paralelamente a isso, estabeleceu-se um canal de comunicação entre Estado e servidor. Já estamos fazendo isso. Estamos usando a Rádio Inconfidência, vamos usar a TV Minas, o "Minas Gerais", e até um esquema publicitário, se for necessário. Resumi em algumas palavras a missão que tenho à frente da Secretaria. Todas elas são concomitantes. Ao final de quatro anos, estarei realizando todas elas: conhecer, racionalizar, agilizar, informatizar, descentralizar e controlar. Dessa forma, a Secretaria será inserida no projeto maior do Estado que é a descentralização, a qual vislumbro da seguinte maneira: se uma regional norte - seja no Triângulo ou no Norte de Minas - tem um departamento de administração, é interessante que ele possa elaborar a folha de pagamento daquela regional, realizar as compras do Estado e realizar os concursos na região. É interessante, também, que o servidor possa resolver suas dificuldades com o Estado e as questões relativas à sua aposentadoria junto a esse departamento. Quando vivermos essa situação em Belo Horizonte - e vamos vivê-la -, estaremos com o controle e as informações. Do jeito que é hoje, é muita execução.

Acrescento também o problema do regime jurídico único, que causa grande dificuldade ao Estado. Quando estava na Prefeitura, a legislação mandava implantá-lo, mas agora o Governo Federal pretende mudar e estabelecer diversos regimes. Acontece que temos um plano único de salários com o mesmo poder para todo o Estado. Esse modelo é montado com base na instrução do servidor. Mas isso é válido para a área da educação, não para outras áreas. No IEPHA, por exemplo, um restaurador ocupa um cargo da maior relevância, mas, normalmente, ele não tem curso superior e não pode ser enquadrado em um nível mais importante da tabela de salário do IEPHA. Aqueles que já estavam lá foram enquadrados em um nível referente à instrução do servidor, ou seja, 2º grau. Quando é necessário contratar um restaurador, o salário não é compatível. Na TV Minas, por exemplo, quem cuida de sua manutenção ocupa um cargo importante, e tem pouca gente que entende do serviço. Mas ele também não tem curso superior e não pode ser enquadrado em um nível mais alto da tabela de salários. Como ele é necessário, é contratado de outra forma. Sai um apresentador do jornal da TV Minas, é necessário fazer um concurso público para um cargo que é ágil e requer alguns conhecimentos que são difíceis de serem testados em concurso público. Sai um médico do Pronto-Socorro,

mas o concursado tem 30 dias para tomar posse. Quem está à frente do Pronto-Socorro contrata de qualquer jeito. Estamos cheios de problemas administrativos. São 34 autarquias e fundações que dependem da Secretaria e é um problema de difícil solução.

A aposentadoria é o maior problema do serviço público brasileiro. Se não houver uma mudança, todos os Estados e municípios vão quebrar. No caso de Minas Gerais, no ano de 1992, tivemos um acréscimo de aproximadamente US\$300.000.000,00, em dois anos, no pagamento dos aposentados. Hoje, os aposentados representam 35% da folha total do Estado.

Com relação ao censo, gostaria de dizer que eu, à frente da Secretaria, não o realizaria. Como o encontrei realizado, vou aproveitá-lo. Encontrei 17.965 servidores que não responderam ao censo. Imediatamente, disse para suspender o pagamento deles. Há algum tempo, eles não aparecem; suspende-se o pagamento, e vamos reverter o processo, para fazer com que os servidores nos procurem. Em nenhum momento disse que eram 17 mil servidores fantasmas, disse que 17.965 servidores não responderam ao censo. Imediatamente eu disse: suspenda o pagamento deles. Temos 846 pessoas que não se recadastraram. Dessas, 42 já estavam falecidas. Só isso já justificaria essa ação de suspender o pagamento. Quarenta e duas pessoas estavam mortas, e recebendo. Esse negócio de morto receber pagamento não é uma coisa muito fácil, não. Se alguém, em diversos pontos de Minas Gerais, omitir a comunicação de falecimento de funcionário público com a administração centralizada que temos, fica difícil identificar isso. Se é caso de aposentado que está recebendo com procuração, fica mais fácil, porque se faz a revalidação periódica da procuração. A administração de um Estado como o nosso não pode ser administração só da Secretaria de Educação; tem de ser generalizada. Não temos como saber quem está sonogando informações sobre falecimentos. Quanto às empresas que fizeram censo, eu fiquei sabendo que ele foi realizado pela PRODEMGE. Ela cobrou do Estado R\$219.277,86. Depois, cobrou R\$24.855,00 pela manutenção técnica.

Quanto ao MASP, entendo que seja o seguinte: a Fundação João Pinheiro era uma entidade autônoma de direito privado, depois passou para a administração pública. Aí, a pessoa já tinha uma matrícula. Isso é o que ocorre quando existem dois MASPs, ou no caso de a pessoa ter dois cargos, como é o caso dos cargos de professor e de médico.

Não sei se já respondi a todas as perguntas em relação ao censo, mas coloco-me à disposição dos Srs. Deputados para outros esclarecimentos. Quanto ao funcionalismo, os números às vezes são divergentes, porque depende do enfoque. Pode ser administração direta ou indireta, Polícia Militar ou outros Poderes. Assim, pode haver muitas divergências. Temos aqui dados de maio de 1995. A Assembléia Legislativa tem 3.806 funcionários. No Tribunal de Contas temos 1.435; no Tribunal de Justiça, 9.989; no Tribunal de Alçada, 568; no Tribunal de Justiça Militar, 99; na Polícia Militar, 55.081; no Ministério Público, 1.564. O total dos outros órgãos somam 73.542. Na administração direta temos 381.878 funcionários. Isso, de acordo com a folha de maio. A soma dos dois dá 455.420. Se pegarmos também as autarquias e fundações, teremos 31.212. Assim, o total vai para 486.632. Não estão sendo computados os funcionários da COHAB, da EMATER, da CEMIG, da COPASA, dos Bancos, etc, porque esses órgãos têm certa autonomia, e eu não trouxe seus números.

Quanto ao total da folha de pagamento desse primeiro grupo, já que mencionei, temos R\$93.332.530,00; a folha de pagamento da administração direta é de R\$164.133.620,00. O total é de R\$257.469.150,00. O total da administração indireta é de R\$19.730.825,67. O total é de R\$267.184.975,67. São dados referentes à folha de pagamento normal. Ocorre que todo mês existem vencimentos em atraso, direitos represados que ainda vamos corrigir, o que elevará a folha de pagamento de maio, por exemplo, para R\$304.000.000,00, incluindo-se a parte patronal, paga ao IPSEMG, que é de 4%. Somado tudo o que foi pago ao pessoal, no primeiro quadrimestre, temos R\$1.260.000.000,00. Somando a receita líquida do Estado, a receita que fica para o Estado, inclusive da administração direta, temos R\$1.660.000.000,00. O comprometimento, no primeiro quadrimestre, foi de 76%. Srs. Deputados, estou à sua disposição, para quaisquer outros esclarecimentos.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Agora, os Deputados poderão formular perguntas ao Secretário. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos inscritos que sejam objetivos e sucintos, dispensando as formalidades das saudações pessoais. Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado, já inscrito.

Debates

O Deputado Gilmar Machado - Gostaria de voltar a insistir na questão do censo. O Secretário disse que não realizaria o censo. Cada um tem uma forma de pensar. O Estado realizou o censo, pagou por ele. Agora, o Secretário não disse qual é o relatório do censo. O Secretário nos disse que o censo foi feito totalmente pela PRODEMGE. No relatório, porém, consta que ele foi terceirizado, ou seja, várias empresas fizeram parte do censo, inclusive perdendo papeletas e informações. De qualquer modo, várias empresas realizaram o censo. Vamos levar essa questão para a

Comissão de Administração, porque teremos de investigar isso. Mas a afirmação do Secretário é clara: foi a PRODEMGE que realizou o censo. Gostaríamos de saber se o relatório é oficial. À época, respondiam pela Secretaria o Secretário José Bonifácio e, depois, o Secretário Anastasia. A questão do censo não é, portanto, de responsabilidade do atual Secretário, mas, como ele próprio admitiu, ele está aproveitando o relatório, porque o Estado não pode perder dinheiro. Vamos checar, também, as informações contidas nos documentos do censo. O Secretário citou alguns dados, que gostaríamos que ficassem conosco, aqui, na Assembléia. Isso facilitará nosso trabalho.

O Secretário falou da acumulação de MASPs. No relatório de 1993, são mais de 5.714 servidores. Agora, professor não tem dois MASPs. Eu sou professor, trabalhava em dois cargos, mas recebia por um mesmo MASP, pois efetuam-se dois pagamentos por um único MASP, no magistério. Não conseguimos ver como é possível um servidor ter dois MASPs. O fato de o servidor ter mais de três MASPs nos deixa perplexo. O relatório do censo deve ser analisado. Parece-me que 60.464 dos relatórios não foram analisados. E isso está na pág. 32 do relatório.

Gostaria de expor algumas questões sobre as quais temos dúvidas. Seria preciso uma reunião especial da Comissão de Administração para que esses dados fossem examinados, porque, realmente, diante desses números e da forma como foram apresentados pelo Secretário, ficamos sem saber o certo. Sabemos, porém, que o dinheiro do povo foi gasto. É quase impossível obterem-se informações sobre o número de servidores do Estado. Há uma dificuldade enorme. Os dados que o Secretário apresentou, com relação ao pessoal, precisam também ser reexaminados. Existe um projeto do Deputado Miguel Martini, que vamos discutir. Por enquanto, estamos um pouco impossibilitados de argumentar. Dos relatórios do Governo do Estado, que ouvimos nos últimos quatro anos, na Assembléia Legislativa, nenhum apresentou gasto de mais de 65% com pagamento da folha. Estamos trabalhando com dados oficiais. Não podemos ficar polemizando.

Para terminar, gostaria de dizer que, posteriormente, precisamos obter maiores informações. E vamos buscá-las. O Secretário nos traz o dado de que o Estado possui, no total, 462.632 servidores e nenhum relatório do censo apresentou esse número. Os outros relatórios apresentam números diversos como 309.000, 318.284, 348.870 e 388.386. Exatamente esses números, Sr. Secretário, é que estão dificultando o nosso trabalho. O Secretário traz uns dados, nós trazemos outros e todos temos razão. Os números estão aqui. Não há como trabalhar com esses dados do modo como estão.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Cláudio Mourão, para responder ao Deputado Gilmar Machado.

O Sr. Cláudio Mourão - Referentemente ao censo, realizado no ano passado, sei que houve alguns relatórios preliminares. Não foi um único relatório. Mas eu não entrei nesse assunto. Peguei os dados relevantes do censo, o seu conteúdo, como a situação do pessoal: sexo, estado civil, número de dependentes, se possuía casa própria ou não. A informação de que ele foi realizado por terceiros, estou tendo agora, pois pensava que ele tivesse sido feito pela PRODEMGE.

Com relação ao número de MASPs existente na Secretaria da Administração, eu raciocinei pensando na Prefeitura de Belo Horizonte. Foi um ato falho. No Estado há um único número de MASP, o que, aliás, traz dificuldades. A Comissão de Acumulação de Cargos e Funções, que é uma diretoria da Superintendência de Pessoal da Secretaria de Administração, trabalha diuturnamente na identificação de acumulações. Há uma comissão específica para isso na Secretaria.

No que diz respeito ao número de pessoas, volto a repetir: depende do que está sendo falado neste relatório; se é na administração direta, se é em outros Poderes. Há também outro fato que deve ser mencionado: a partir do momento que começamos a conversar, já ocorreram mudanças: já morreram uns; saíram outros. Vou deixar aqui, para o Sr. Deputado, esses dados, que são oficiais, são dados da folha de pagamento, e dou também para a Assembléia Legislativa abertura para que sejam fornecidas quaisquer informações sobre pessoal. A Secretaria está aberta, não há nenhum impedimento para se informarem esses dados.

Quanto à folha de pagamento, temos um dado que acho relevante para justificar a diferença de 65% para os 76% desse primeiro pagamento. São duas coisas: nesse primeiro quadrimestre, tivemos uma despesa de R\$92.000.000,00, referente a aumentos praticados em dezembro e que tivemos de pagar nos primeiros quatro meses. Outra coisa é que, após a implantação do Plano Real, a folha de pagamento de todo o Estado subiu 91,7% contra uma inflação acumulada de 31,98%. A folha praticamente dobrou de julho para cá; também vou deixar este documento aqui. Isso elevou significativamente o comprometimento da receita com despesas relativas a pessoal.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Ajalmar Silva.

O Deputado Ajalmar Silva - Secretário, inicialmente gostaríamos de cumprimentá-lo pela franqueza, pela maneira com que nos mostrou as dificuldades existentes, pois o senhor está nos dizendo que, praticamente, a Secretaria de Administração não existe. Estamos aguardando que, com um pouco de trabalho, o senhor, à frente dessa

Secretaria, possa realmente organizá-la, a ponto de colocá-la entre as nossas Secretarias de Estado.

A pergunta que faço, Secretário, é a seguinte: não sei se o senhor tomou conhecimento de que ontem fomos procurados pela imprensa, como Presidente da Comissão de Administração Pública, para nos manifestarmos com relação à matéria veiculada no jornal "Hoje em Dia" de ontem, relativa à Secretaria de Agricultura, em que se mostrava constarem na lista dos servidores daquela Secretaria cerca de 15 mortos. Dizia a notícia que haveria até certas promoções. Realmente é uma coisa que nos assustou muito, porque de repente encontra-se uma falha do Governo, um equívoco da Secretaria, mas pode ser também algo como a gangue do INSS, que já infernizou tanto o nosso País. Perguntaria ao Secretário se ele tem conhecimento disso e o que realmente ocorre. Tivemos informação, em seguida, de que o Secretário de Agricultura, Alysson Paulinelli, teria dito que é uma questão referente a pensões. Mas na lista constam nomes de pessoas mortas já há dez anos. É um fato estranho, se é que a notícia é verdadeira.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário, para responder ao Deputado Ajalmar Silva e para fazer as suas considerações finais, já que não há outros oradores inscritos.

O Sr. Cláudio Mourão - Deputado, não é que a Secretaria não exista. O que eu falei não é nenhuma crítica aos meus antecessores, porque eu mesmo sou um deles. Acho que o contexto é outro. O Governador Eduardo Azeredo, ao assumir, atribuiu à Secretaria de Administração uma série de novas responsabilidades, como a elaboração da folha de pagamento, a negociação com as entidades que representam os servidores e com os servidores de uma forma geral, com a Presidência da Comissão Estadual de Política de Pessoal e muitas atividades referentes à área de licitação, que estavam a cargo da Secretaria de Governo. Então, é outro contexto. Não significa aqui que eu esteja falando dos meus antecessores, porque sei que isso tudo é muito difícil.

O que ocorreu entre a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Administração foi uma falha, um pouco em função do que eu disse aqui. A Secretaria de Agricultura e todas as demais Secretarias têm um sistema de gestão de pessoal próprio, que não se comunica com a central de pagamento, que é feito na Fazenda, e é um negócio um pouco independente. Não há comunicação, todos os dias, desde que estamos trabalhando na elaboração do sistema indicado de recursos humanos, para toda a administração direta. Por não se comunicarem o sistema de agricultura e o sistema de pagamento, estão os cadastros desatualizados. Com a implantação de novas tabelas, que deveria ter ocorrido em dezembro de 1994, mas que, para os aposentados, não foi realizada, está sendo feita apenas agora, eles posicionaram os servidores que já eram aposentados. Entretanto, alguns já eram falecidos. Isso não significa que eles estivessem recebendo. Poderia até algum estar recebendo, mas, no caso específico, não havia nenhum. Isso ocorreu pela falta de comunicação entre as diversas Secretarias.

Um participante da galeria - Sr. Presidente, poderia fazer uma pergunta ao Sr. Secretário?

O Sr. Presidente - Não é permitida a manifestação das galerias durante as reuniões de trabalho.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência agradece a presença do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração, Dr. Cláudio Mourão, e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia vinte e três de março de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Agostinho

Patrús, Rêmoló Aloise, Wanderley Ávila, Maria José Haueisen e Antônio Júlio, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende e Romeu Queiroz, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Clêuber Carneiro, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Caixa Escolar Adolfo Francisco da Silva, Conselho Central de Belo Horizonte da SSV, Prefeitura Municipal de Ressaquinha, Prefeitura Municipal de Bela Vista de Minas, Prefeitura Municipal de Raul Soares, Prefeitura Municipal de Paraopeba, Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba, Prefeitura Municipal de Santana dos Montes, Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Espera Feliz, Associação Olímpica Campanhense, Associação de Moradores da Vila Jesse, Associação Mineira de Assistência aos Excepcionais, Associação Esportiva Nova Estrela, Associação de Apoio e Desenvolvimento da Criança e Gestante, América Futebol Clube, Associação Comunitária dos Moradores de Zelândia, Associação dos Moradores dos Bairros Planalto e Nova Floresta, Prefeitura Municipal de Nova Ponte, Associação Feminina Evangélica Comunitária, Associação dos Pequenos Produtores de Parreiras, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Parreiras, Creche Stella Maris, Associação Rural e Comunitária de Coronel Xavier Chaves, Inspeção Madre Mazzarello - Instituto Maria Imaculada, Associação Beneficente Promocional e Artística, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Goiabal, Mãe Paula, Genipapeiro e Fazenda Boa Vontade, Torneiros Esporte Clube, Caixa Escolar da Escola Estadual Professor Francisco Tibúrcio, Conselho Municipal de Assistência Social, Associação de Desenvolvimento e Assistência Social, Educacionale Desportiva de Pará de Minas, Associação Atlético Cachoeirinha, Coral Araújo de Barbacena, Inspeção Madre Mazzarello - Instituto Maria Imaculada, Grupo de Estudos e Assistência Kardecista - GEAK -, APAE de Carmo de Minas, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Angaturama, Loja Maçônica 27 de Abril, Associação dos Moradores do Bairro Safira, Associação de Desenvolvimento Comunitário São José de Pedra Redonda, Lar dos Velhinhos da SSV de Governador Valadares, Associação da Comunidade do Centro Urbano de São Pedro do Suaçuí, Associação dos Moradores do Bairro Vera Cruz de Governador Valadares, Prefeitura Municipal de Divinolândia, Associação Comunitária da Comunidade de Araras, Associação Comunitária do Bairro Asteca, Associação Comunitária do Bairro Asteca, Associação dos Idosos Cidade Alta Carapina, Associação de Moradores de Aramirim - AMAR -, Instituto Educacional Fraternidade Cristã, Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de São Joaquim, Associação Amigos dos Bairros Alvorada, Vila Verde, Vila Galiléia e Vizinhança, Associação Comunitária de Pedras de Maria da Cruz, Associação Comunitária de Serra das Araras, Prefeitura Municipal de Doresópolis, Centro Social Comunitário Nossa Senhora do Carmo, Centro Comunitário Rural de Córrego Fundo do Meio São Geraldo, Associação dos Moradores e Amigos da Vargem Grande, Conselho Particular Nossa Senhora Mãe da Igreja, Santa Casa de Misericórdia de Pompéu, Santa Casa de Misericórdia de Pompéu, Associação Comunitária da Zona Leste de Abaeté, Associação de Senhoras de Rotarianos de Bonfinópolis de Minas, Associação Comunitária do Bairro Eldorado e Adjacências, Associação dos Moradores do Bairro Alvorada, APAE de João Pinheiro, Associação da Cidadania Para Erradicação da Miséria, Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo, Associação Comunitária do Bairro Santa Terezinha, Associação dos Produtores Rurais da Serra da Ema, Casa da Criança de Presidente Olegário, Conselho Particular da SSV de Lagoa Formosa, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Beco, Prefeitura Municipal de Dona Eusébia, Prefeitura Municipal de Dona Eusébia, Prefeitura Municipal de Dona Eusébia, Associação Comunitária do Centro Ambulatorial Hospitalar - CAHL -, Boca Futebol Clube, Guarda Mirim de Mantena, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Córrego Novo, Projeto Assistencial Ágape, Conselho de Desenvolvimento Comunitário Boa Esperança, Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro, Projeto Assistencial Ágape, Assistência Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Governador Valadares, Prefeitura Municipal de São João do Manteninha, Prefeitura Municipal de Mendes Pimentel, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Córrego Novo, SSV de Resplendor, Guarda Mirim de Mantena, Associação dos Moradores do Canto do Rio, Prefeitura Municipal de Mateus Leme, Associação Comunitária Amigos de São Francisco, Fundação João XXIII, Casa da Fraternidade Irmãos de Francisco, Associação das Lavadeiras de Gurinhatã, Associação Comunitária Santo Antônio de Itinga, FALE - Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista, Associação da Mulher de Entroncamento de Salinas, Associação dos Moradores do Bairro Safira, Caixa Escolar Kelsen Rocha, Associação Rural e Comunitária de Coronel Xavier Chaves, Caixa Escolar Antônio Afonso de Andrade Leite, Inspeção Madre Mazzarello - Instituto Maria

Imaculada, Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Amigos de Campolide, Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Passaginha, Obras de Assistência Social Recanto Coração Eucarístico de Jesus, Associação Santa Luiza de Marilac, Guaraciaba Assistência Social, Centro Social Profissionalizante e Cultural de Teófilo Otoni, Creche Raio de Luz, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Conceição dos Ouros, Conselho Representativo Tocoense, Associação Beneficente Esperança no Amanhã, Associação Comunitária de Palmital, Centro de Desenvolvimento Comunitário de Lelivêldia, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Água Limpa, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró, Associação Comunitária Rural de Indaiá, Conselho Representativo de Assistência a Passagem, Movimento de Representação Popular do Córrego Catalão, Caixa Escolar Professor Theodolindo José Soares, Caixa Escolar Antônio Atanásio, Associação Rural e Comunitária de Coronel Xavier Chaves, Conselho de Desenvolvimento Comunitário Santo Antônio Pinheiros Altos, Fita Azul Futebol Clube, Clube Recreativo Guararense, Comitê Comunitário de Ação Social de Dias, Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, Conselho Comunitário Beneficente - AMAR - CBA, Associação de Moradores do Bairro São Francisco de Assis - FAISQUEIRA, Associação dos Moradores do Bairro São João, Associação Comunitária dos Moradores do Magalhães, Associação de Desenvolvimento Rural de Canaã, União dos Moradores da Vila Boa Vista, Grupo de Apoio ao Menor, Conselho Particular de Bom Despacho da SSVP, Lar dos Velhinhos Dona Maria Abadia de Freitas Lima, Prefeitura Municipal de Poço Fundo, Hospital e Maternidade São Francisco de Assis, Clube das Mães de Manhauçu, Creche Municipal Tia Celeste, Associação Comunitária da Turma de 37 de Teófilo Otoni, Associação dos Moradores dos Bairros Izabel Tavares e Fátima, Conselho de Desenvolvimento Comunitário Japecanga, Academia Montesclareense de Letras, Prefeitura Municipal de Paraisópolis, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Badaró, Centro de Estudos Bíblicos, Associação Comunitária Sagrado Coração de Maria do Bairro Santa Cruz, Caixa Escolar da Escola Estadual de Jacinto, União Jovem a Caminho de Cristo, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cássia, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Souza, Associação Beneficente de Bom Retiro, Rio Negro, Alvorada, Nova Vista, Novo Santa Inês, Grupo Teatral Caminhos, Associação de Defesa da Criança e do Adolescente, APAE de Bom Despacho. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relator da matéria o Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente, que emite pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos à discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 2 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Maria José Hauelsen - Antônio Júlio - Miguel Martini - Glycon Terra Pinto - Geraldo Rezende - Marcos Helênio.

ATA DA 7ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia dois de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Agostinho Patrús, Sebastião Navarro, Wanderley Ávila, Maria José Hauelsen e Antônio Júlio, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Glycon Terra Pinto, Geraldo Rezende e Marcos Helênio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Glycon Terra Pinto, que emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Clube de Mães Mãe Sinhá; Confederação Evangélica Beneficente de Três Marias; Caixa Escolar Álvaro Giesta; Centro Comunitário Dona Niza Marquez Guaritá; APAE de São Tiago; Associação dos Artesãos de Resende Costa; Associação de Moradores e Amigos do Cerrado; APAE de Prados; APAE de Resende Costa; Corporação Musical Lira Santa Cecília; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Ribeirão de Santo Antônio; Caixa Escolar Sandoval de Azevedo; Caixa Escolar Júlia de Sena; Caixa Escolar Dr. Viviano Caldas; Caixa Escolar de Caburu; Caixa Escolar Alva Romeiro Silva; Associação dos Pequenos Produtores da Içara; Academia de Letras de São João del-Rei; Caixa Escolar Ministro Gabriel Passos; Conselho Comunitário do Tabuado; Caixa Escolar Dr. Garcia de Lima; Caixa Escolar Aureliano Pimentel; Associação de Apicultores de Córrego Fundo; Associação de Pequenos Produtores de Germinal; Caixa Escolar de Arcângelo; Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Carapuça; Coral Pequenos Cantores Pará de Minas; Caixa Escolar Vila Nossa Senhora Aparecida; Caixa

Escolar Governador Valadares; Caixa Escolar da Escola Estadual Zico Ferreira; Caixa Escolar de Ascensão; Caixa Escolar de Tavares; Caixa Escolar Ademar de Melo; Clube Atlético Paraminense; Caixa Escolar da Escola Estadual Fernando Otávio; Creche Recanto Feliz; Associação Atlética Aiuruoca; Grêmio Lútero-Recreativo Coronel Pedro Teixeira de Menezes; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Areião; Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem; Sociedade Musical Carlos Gomes; Prefeitura Municipal de Eugénópolis; Sociedade Musical Sete de Setembro; Caixa Escolar da Escola Estadual de Mar de Espanha; Associação Santa Luzia de Governador Valadares; Abrigo de Menores São Vicente de Paulo de Itambacuri; Ação Social Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Conceição; Associação Comunitária do Bairro Fraternidade; Associação de Desenvolvimento Comunitário Princesa Isabel; Associação para o Progresso do Bairro Vila Isa - APROVISA -; Associação de Apoio aos Idosos, Inativos e Incapacitados Físicos do Município de Campanário; Associação de Apoio aos Idosos; Inativos e Incapacitados Físicos do Município de Campanário; Conferência Vicentina Senhor Bom Jesus de Campanário; Conferência Vicentina Senhor Bom Jesus de Campanário; Conselho de Desenvolvimento Rural de Setubinha - CODERSE -; Conselho de Desenvolvimento Rural de Setubinha - CODERSE -; Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima; Lar Fabiano de Cristo; Prefeitura Municipal de Bom Sucesso; Prefeitura Municipal de Passos; Associação Feminina do Bairro Tirol; APAE de Cambuquira; APAE de Cambuquira; Banda Infantil Júlio Azevedo Oliveira; Serviço de Obras Sociais; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Baden; Conselho Particular de Pains da Sociedade São Vicente de Paulo; Alvorada Esporte Clube; Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário; Conselho Comunitário Padre Afonso; Centro Espírita Ogum Beira-Mar; Associação de Moradores do Bairro Mangabeiras; Prefeitura Municipal de Abaeté; Prefeitura Municipal de Pompéu; Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da SSVP; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Buriti Grande; Sociedade Comunitária Habitacional de Patos de Minas; Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba; Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer - ASFECER -; Conselho Particular Nossa Senhora da Conceição da SSVP; Associação Comunitária dos Moradores de São Bento - ACSB -; Associação Beneficente Santíssima Trindade de Descoberto; Ação Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus; Prefeitura Municipal de Chácara; Operário Futebol Clube; Operário Futebol Clube; Operário Futebol Clube; FUMEC - Fundação Zona da Mata para Fins de Educação e Cultura; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro; Prefeitura Municipal de Itaverava; Caixa Escolar Dr. Tancredo de Almeida Neves; Associação Comunitária Grupo de Integração de Saúde de São Vicente do Rio Doce; Associação Comunitária Senhor Bom Jesus; Creche Lar Bom Pastor de Baguari; Conselho de Desenvolvimento Comunitário Unidos Brasil; Associação Comunitária; Ação Social e Educacional do Médio Piracicaba; Instituto Nosso Lar; Antunes Futebol Clube; Caixa Escolar José Marciano de Oliveira; Conselho de Desenvolvimento e Assistência Social Comunitária do Município de Capitão Enéias; Loja Maçônica Renascimento e Justiça de Jequitinhonha; Associação Comunitária de Amparo aos Idosos e aos Carentes de Itamarandiba; Associação Beneficente de Assistência Social de Rubelita; Associação Comunitária de Maristela; Associação Comunitária de Maristela; Associação Comunitária Rural de Sucesso e Canto da Sorte; Associação dos Moradores da Vila Canaã; Centro Espírita Mesa Branca Xangô; Clube Recreativo e Social Pinheiro; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mirandópolis; Associação Comunitária a Libertar e Nortear Toda Organização São-Joanense - ACALENTOS -; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Areão; Conselho de Desenvolvimento Comunitário Córrego do Salto; Centro Cultural Maciel do Rêgo; Centro Comunitário Rural de Lagoinha; Centro Comunitário Rural de Lagoinha; Grupo São José; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Barrinha e Mestiça; Associação Comunitária Rural de Olhos d'Água; Associação dos Trabalhadores da Construção Civil de Salinas; Conselho Comunitário de Fruta de Leite; Associação Comunitária Rural de Barra do Rio; Associação Comunitária Rural de Barra do Rio; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Aroeira; Conselho Comunitário do Médio Boqueirão; Conselho Comunitário de Alto Boqueirão; Conselho Comunitário de Alto Boqueirão; Caixa Escolar Nádima Miranda de Sena; Associação Comunitária Rural de Olhos d'Água; Conselho Comunitário de Rio das Antas/Malhada Nova; Conselho Comunitário de Rio das Antas/Malhada Nova; Caixa Escolar Frei Jucundiano; Caixa Escolar Frei Jucundiano; Associação Comunitária Rural de Larginha; Associação Comunitária dos Moradores, Trabalhadores e Produtores Rurais do Distrito de Ferreirópolis; Associação Comunitária do Povoado do Cantinho e Córrego das Porteiras; Associação dos Moradores, Produtores e Trabalhadores Rurais de Nova Matrona; APAE de Estrela do Sul; Grupo Salva-Vidas; Grupo Espírita Legionários de Maria; Grupo Espírita Legionários de Maria; Associação dos Moradores dos Bairros Lagoinha e Jardim América; Associação dos Moradores dos Bairros Lagoinha e Jardim América; Sociedade dos Deficientes Auditivos de Patos de Minas; Caixa Escolar Abílio Caixeta de Queiroz; Associação Beneficente Católica de Ubá; Associação Fonema Reeducação da Audição e da Linguagem; Associação Beneficência Popular-Instituto Educacional Monsenhor Rafael; Associação de Cooperação Agrícola 1º de Junho - ASCA -;

Sociedade São Vicente de Paulo de Raul Soares; Associação dos Deficientes Físicos de Ipatinga; Farmácia Esperança; Fundação Jaime Martins; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Buriti Grande; Associação Amigos do Conjunto Alberto Freire; Associação de Moradores do Bairro Tutunas; Associação Hospital Belizário Miranda; Associação dos Amigos de Ponte do Cosme; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capim de Cheiro; União Operária Brasilminense; Associação de Moradores do Bairro Alvorada; Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Ferreiras; Conferência São Geraldo Magela; Associação dos Moradores do Bairro Cruzeiro - ASSOMBAC -; Conselho Beneficente dos Amigos dos Bairros Bom Pastor e Alvorada; União Esporte Clube; Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Comunidade de Lopes; Comitê de Saúde Grito do Povo; Cidade dos Meninos; Província dos Capuchinhos de Minas Gerais - PROCAMIG -; Associação Comunitária Grã-Duquesa - ASCOGRAD -; Creche Comunitária Maria Floripes; Creche São Sebastião; Casa do Movimento Popular da Região Industrial da Grande Belo Horizonte; Associação Samuel Domingues Gomes; SSVV de Lagoa da Prata; Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro dos Coelhos; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Chico Miranda; Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Olhos d'Água dos Rosenos; Associação de Moradores da Comunidade do Jataí Campos; Serviços de Obras Sociais - SOS - de Lagoa da Prata; Associação Comunitária do Distrito de Santanna do Capivari; Associação dos Moradores dos Bairros Maristela, Juquita e Ozório Machado; Associação dos Moradores do Bairro Planalto - AMBAPLA -; Associação de Assistência Social Esportiva e Cultural Riopardense; Associação dos Moradores do Bairro Raquel; Associação de Assistência Social; Esportiva e Cultural Riopardense; Associação da Mulher Salinense - AMUSA -; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Ribeirão de Areia; Prefeitura Municipal de Cássia; Associação Comunitária Moradores Bairro Parque Jardim Brejo das Almas e Adjacências; Associação dos Moradores do Bairro Conceição; Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros Projeto Mãos de Minas; Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas; Prefeitura Municipal de Toledo; Associação dos Moradores do Bairro Taquara Preta; Associação dos Moradores dos Bairros Imê Farage e Guanabara; Associação dos Moradores do Bananal de Baixo; Caixa Escolar Luís de Paula; Orquestra Lira Sanjoanense; Associação Cristã São Paulo; Associação Comunitária Desenvolvimento Espreado e Adjacências; Núcleo Comunitário e Assistencial da Região Central de Barbacena; APAE de Campos Gerais; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itinga; SSVV de Dolores do Indaiá; Associação Educacional de Assistência ao Jovem e Promoção Humana; Associação Deficientes de Patrocínio - ADEPA. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relator da matéria o Deputado Wanderley Ávila, 1º Vice-Presidente. Ele emite seus pareceres, mediante os quais conclui pela aprovação dos processos. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala das Reuniões, 4 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Rêmolo Aloise - Maria José Haueisen - Miguel Martini - Clêuber Carneiro - Romeu Queiroz - Geraldo Rezende.

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia quatro de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Agostinho Patrús, Wanderley Ávila, Maria José Haueisen, Rêmolo Aloise, Antônio Júlio, Ibrahim Jacob e Sebastião Navarro Vieira, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Clêuber Carneiro, Romeu Queiroz e Geraldo Rezende, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Clêuber Carneiro, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Casa do Movimento Popular da Região Industrial da Grande Belo Horizonte, Alvinopolense Futebol Clube, Caixa Escolar Barão do Rio Branco, Caixa Escolar Onésio Pereira Nunes, Associação dos Moradores do Bairro Alto da Boa Vista, Associação Força Unida em Prol do Desenvolvimento dos Moradores do Bairro Mato Grosso, Caixa Escolar Professor Vicente Lopes Peres, APAE de Carmo do Paranaíba, Asilo São Vicente de Paulo de Araxá, Associação Regional de Pessoas Deficientes de Barbacena, Associação de Desenvolvimento do Alto Abadiense, Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados, Fraternidade Espírita Cristã Francisco de Assis,

Centro de Defesa Coletiva das Vilas Santa Rita de Cássia e Estrela, Fraternidade Espírita Cristã Francisco de Assis, Creche São Sebastião, Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Vila do Carmo, Grupo de Desenvolvimento Comunitário, Comunidade Renovada Evangélica, Pequi Esporte Clube, Associação Cristã de Assistência aos Pobres, APAE de Perdizes, Associação dos Moradores do Bairro São Miguel, Prefeitura Municipal de São Francisco de Salles, Creche A Pequena Casa de Maria, Conferência Vicentina Nossa Senhora da Conceição, Associação de Desenvolvimento e Assistência Social, Educacional e Desportiva de Pará de Minas, Associação Comunitária de Joaquim Felício, Prefeitura Municipal de Entre-Rios de Minas, Associação Comunitária dos Moradores de Pindaíba, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Córrego Paciência, Irmandade Nossa Senhora das Mercês da Santa Casa de Caridade de Montes Claros, Creche São José, Conselho Comunitário do Povoado de Água Boa, Associação da Mulher de Entroncamento de Salinas, Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Chico Miranda, Caixa Escolar Conjurados Resende Costa, Projeto Hélio Caldeira Sistema Unificado de Combate ao Desemprego Internacional, Associação Pró-Melhoramentos do Bairro Pio XII, Caixa Escolar Sousa Maia, Associação dos Pequenos Produtores Rurais Amigos de Riacho do Meio, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Luizlândia, Prefeitura Municipal de Capitão Andrade, Prefeitura Municipal de Carandaí, Prefeitura Municipal de Tiros, Prefeitura Municipal de Ibiraci, Creche Raio de Luz, Associação Comunitária dos Clubes de Mães de Teófilo Otoni, Núcleo São Francisco de Assis, Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural da Comunidade da Prata, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana do Jacaré, Prefeitura Municipal de Alpinópolis, Associação Comunitária do Conjunto Jatobá Quatro, Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Sede do Município de Divino, Prefeitura Municipal de Divino, Prefeitura Municipal de Cataguases e Associação Feminina Comunitária do Bairro Copacabana e Adjacências. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relator da matéria o Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente, que emite pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de maio de 1995.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Ermano Batista - Rêmolo Aloise - Antônio Júlio - Ibrahim Jacob - Miguel Martini - Clêuber Carneiro - Alencar da Silveira Júnior - Romeu Queiroz.

ATA DA 9ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia onze de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala 2 do 12º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Ermano Batista, Rêmolo Aloise, Ibrahim Jacob e Antônio Júlio, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Clêuber Carneiro, Romeu Queiroz e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Clêuber Carneiro, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, Caixa Escolar Deputado Manoel Costa, Sociedade Olímpica de Lambari, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Carmo da Cachoeira, Sociedade Olímpica de Lambari, APAE de Carmo da Cachoeira, Associação de Apoio e Desenvolvimento da Criança e Gestante, Associação de Moradores do Bairro Cruzeiro do Sul, Associação Comunitária do Mangal, SSVF - Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo, Associação Comunitária de Água Comprida, Associação Comunitária Morada da Serra, Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Vila Panamá, Canadá, N. S. Carmo, Santa Helena, F. Gdec. A - ASCOMVIPA, Associação Comunitária do Eldorado, Inspeção Madre Mazzarello - Instituto Maria Imaculada, Obras Sociais da Paróquia Catedral Basílica Nossa Senhora do Pilar, Caixa Escolar Lenir Medina, Fundação Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem, Conselho de Desenvolvimento de Caracóis de Cima, Caixa Escolar Riacho das Pedras, Associação Desportiva Classista Frigoarnaldo, Associação Batista do Bem-Estar Social, Associação Comunitária Praia e Quintas Coloniais, Associação Comunitária do Setor Nossa Senhora Aparecida, Associação Comunitária do Bairro Vila Belém, Associação Comunitária dos Moradores da Localidade de Luciânia, Liga Desportiva do Município de Contagem, Conselho Comunitário do Centro Social Urbano de Rio Acima, Associação Comunitária do Eldorado, Tulis Futebol Clube, Associação de Capoeira Cobrinha Leopoldinense, Associação Assistencial do Povoado Arraial dos Montes, Prefeitura Municipal de Estrela Dalva, Caixa Escolar Laerte de

Araújo Porto, APAE de Leopoldina, Associação Musical Lira das Águas, Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, Conselho Particular de Pains da SSVF, Associação Monsenhor Umbelino, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, APAE de Arcos, APAE de Monte Alegre de Minas, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Limeira, Caixa Escolar Monsenhor Horta, Caixa Escolar Belchior de Faria, Associação dos Amigos do Bairro Vila Nova, Associação de Deficientes Iraienses, Associação dos Servidores Cristãos, Associação dos Servidores Cristãos, Grupo Espírita Legionários de Maria, Grupo Espírita Legionários de Maria, Conselho Particular da SSVF de Lagoa Formosa, Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Santa Rita, Departamento de Assistência Médico-Social da Loja Maçônica Fraternidade Ubaense, Departamento de Assistência Social João de Freitas, Associação Comunitária do Bairro Vila Vicentina e João Aguiar, Dragões da Independência, Federação das Associações Comunitárias e Entidades Beneficentes de Sete Lagoas, Federação das Associações Comunitárias e Entidades Beneficentes de Sete Lagoas, Federação das Associações Comunitárias e Entidades Beneficentes de Sete Lagoas, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Santa Rita, Conselho Comunitário de Água Branca de Minas, Aprender Produzir Juntos, Associação Mão Amiga, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, Grupo de Mães Família Unida do Bairro 1º de Maio e Adjacências, Asilo Padre Antônio Ribeiro Pinto, Creche Menino Jesus de Praga, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro do Peitudo, Ação Social Ecumênica, Ação Social Ecumênica e Ação Social Ecumênica. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relator da matéria o Deputado Ermano Batista, 4º-Secretário, que emite pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos à discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 18 de maio de 1995.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Wanderley Ávila - Ermano Batista - Maria José Hauelsen - Ibrahim Jacob - Miguel Martini - Cléuber Carneiro - Marcos Helênio - Geraldo Rezende.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDO COMPARATIVO DA SITUAÇÃO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS EM MINAS GERAIS E SÃO PAULO

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de abril de mil novecentos e noventa e cinco, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Simão Pedro Toledo, Irani Barbosa, Carlos Murta e Toninho Zeitune, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Simão Pedro Toledo, declara abertos os trabalhos, informa que a reunião se destina a tratar de interesses da Comissão e solicita ao Deputado Carlos Murta que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência suspende a reunião por 15 minutos para que possam ser planejados os procedimentos a serem adotados pela Comissão. Reabertos os trabalhos, a Presidência submete à deliberação da Comissão os requerimentos apresentados na reunião anterior. A seguir, a Presidência submete a votação, cada um por sua vez, requerimentos dos Deputados Carlos Murta, Irani Barbosa e Gilmar Machado, sendo todos aprovados por unanimidade. Logo após, a Presidência determina que a assessoria tome as providências solicitadas nos requerimentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 1995.

Simão Pedro Toledo, Presidente - Toninho Zeitune - Irani Barbosa - Carlos Murta - Leonídio Bouças.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 23/5/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Chapada Gaúcha e Serra das Araras, quanto à sua emancipação do Município de São Francisco.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Morro do Horizonte, quanto à sua emancipação do Município de São Francisco.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Setubinha, quanto à sua emancipação do Município de Malacacheta.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Natalândia, quanto à sua emancipação do Município de Bonfinópolis de Minas.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Patis, quanto à sua emancipação do Município de Mirabela.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Cuparaque e Aldeia, quanto à sua emancipação do Município de Conselheiro Pena.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Padre Carvalho, quanto à sua emancipação do Município de Grão-Mogol.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 219/95, do Governador do Estado, que transfere a Superintendência Central de Pagamento de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda para a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 78/95, do Deputado Paulo Pettersen, que dispõe sobre a permuta de nota fiscal por ingressos para evento esportivo, artístico ou cultural. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinaram pela sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 156/95, do Deputado Arnaldo Canarinho; 119/95, do Deputado Dimas Rodrigues; 183/95, do Deputado Glycon Terra Pinto; 68/95, do Deputado José Bonifácio; e 64/95, do Deputado Marcos Helênio. Projeto de Lei Complementar nº 2/95, do Deputado Ivo José.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 226/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 193/95, do Deputado Antônio Júlio; 216/95, do Deputado Carlos Pimenta; 92/95, do Deputado Francisco Ramalho; 160/95, da Deputada Maria Olívia; 197/95, do Deputado Miguel Martini; 217/95, do Deputado Olinto Godinho; 172/95, do Deputado Romeu Queiroz; 110, 198 e 225/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 221/95, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; e 209/95, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário

da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4/95, do Deputado Marcos Helênio; 7/95, da Deputada Maria José Haueisen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 37/95, do Deputado Bonifácio Mourão.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 144/95, do Deputado José Bonifácio; 218/95, do Deputado Miguel Martini; 101/95, do Deputado Sebastião Helvécio; 180/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimento nº 202/95, do Deputado Paulo Piau.

Finalidade: ouvir a Sra. Glaura Vasquez, Secretária Municipal de Educação, que apresentará a proposta de educação plural implantada na rede municipal de ensino.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO PROJETO JAÍBA, NO MUNICÍPIO DE JAÍBA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 23/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: programar viagem ao Município de Jaíba para verificar "in loco" a situação do projeto.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 14H45MIN DO DIA 23/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação do parecer sobre as emendas recebidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 54/95, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 30/95, do Deputado João Batista de Oliveira.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS QUE PERMITAM A AVALIAÇÃO DA REAL EXTENSÃO DO PROBLEMA DA VIOLÊNCIA PERPETRADA CONTRA A MULHER, EM TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 24/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos atinentes à Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 23/95, do Deputado Ivo José.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 94/95, do Deputado Raul Lima Neto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 139/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 109/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Convidado: Sr. David Márcio Santos Rodrigues, Diretor de Monitoramento e Controle do IEF.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 8/95, da Deputada Maria José Haueisen.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 42/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 21/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 384/95, da Comissão de Defesa do Consumidor.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde e Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marco Régis, Jorge Eduardo de Oliveira, Luiz Antônio Zanto e Jorge Hannas, membros da Comissão de Saúde e Ação Social, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 23/5/95, às 14h45min, na Sala das Comissões, destinada a apreciar os Projetos de Lei nºs 30/95, do Deputado João Batista de Oliveira, que dispõe sobre a reserva de vagas e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiências, e 54/95, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a implementação de medidas necessárias à prevenção e ao tratamento do câncer de mama e do câncer ginecológico.

Sala das Comissões, 18 de maio de 1995.

Carlos Pimenta, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Proceder a Estudos sobre o Enxugamento e Desativação de Agências e Dependências do Banco do Brasil S.A. no Estado de Minas Gerais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Dimas Rodrigues, Almir Cardoso e Olinto Godinho, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 24, às 10h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 1995.

Clêuber Carneiro, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 218/95

Comissão de Educação, Cultura, Desporto
e Turismo e Lazer
Relatório

De autoria do Deputado Miguel Martini, o projeto em tela objetiva declarar de utilidade pública a Comunidade Renovada Santo Antônio da Pampulha - CRESAP -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Após publicado, foi o projeto encaminhado, nos termos regimentais, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão examinar a matéria para o 1º turno de deliberação conclusiva, conforme dispõe o art. 104, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade tem por objetivo a promoção social do ser humano e a evangelização, de acordo com os princípios da Renovação Carismática Católica.

Em cumprimento de seus objetivos, a CRESAP promove seminários, palestras, estudos em

grupo sobre assuntos de interesse cultural, religioso, moral, social, científico e educativo, visando desenvolver nas pessoas os sentimentos de sociabilidade, religiosidade e solidariedade.

Dessa forma, oportuno se faz o acolhimento deste projeto de lei.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 218/95 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 19 de maio de 1995.

Anderson Aauto, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 28/95

Em 16/5/95, despacho da Mesa da Assembléia, autorizando, com base no art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993, a aquisição de 2 veículos utilitários modelo ambulância, marca Kia, a diesel, ano de fabricação e modelo 1995, cor branca, junto à Auto Oriente Ltda. - R\$59.200,00.
